

Adelaide Maria Pacheco Lopes Pereira Millán da Costa

As pequenas vilas medievais portuguesas segundo as
fontes que produzem

Sumário pormenorizado de duas subunidades temáticas de
Seminário apresentado a provas de agregação, na área de
Ciências Sociais, subárea de História

Universidade Aberta

Porto, 2022

Nota prévia

Como de forma detalhada explicitarei no *Relatório* da unidade curricular, opto pela possibilidade, contemplada na legislação, de apresentar um seminário no âmbito do 2º dia de provas para a obtenção do título de agregado. Mais concretamente, uma vez que devo conciliar o tempo do ensino a distância com os 60 minutos que me são legalmente atribuídos¹, exponho o roteiro do percurso seguido por um grupo de mestrandos ao longo de duas subunidades temáticas do seminário, desenvolvo dois instrumentos de aprendizagem que integram esse percurso e elaboro, ainda, um *feedback*.

A unidade temática corresponde à *IV - A imersão nas fontes*, a última antes da realização do trabalho final, num momento em que os estudantes já contactaram com as várias fases do ofício de historiador: a construção e definição do objeto de estudo, a análise do estado da arte, a descoberta de metodologias e os conceitos de abordagem, introduzindo-se agora, e durante mais de um mês, na pluralidade dos documentos²

As fontes e a bibliografia utilizadas para o desenvolvimento das subunidades temáticas (mais propriamente dos dois instrumentos de aprendizagem em formato vídeo³) encontram-se inseridas no *Relatório* de seminário⁴.

¹ No ensino presencial corresponderia a uma sessão de seminário.

² Ainda que se incluam apenas os produzidos pelo concelho.

³ Para não incorrer em qualquer tipo de ilegalidade, os dois vídeos que serão disponibilizados aos estudantes apresentam-se, durante o desenrolar das provas, presencialmente.

⁴ Nas páginas 153 a 161.

Sumário pormenorizado das subunidades temáticas⁵:

- As pequenas vilas portuguesas segundo as fontes que produzem:
 - 1) enquadramento bibliográfico;
 - 2) exploração de documentos.

Recapitulo a organização genérica da unidade temática *A imersão das fontes*.

Os mestrandos são divididos em dois grupos, um focado no reino de Portugal e outro na coroa de Castela, cada um deles trabalhando com bibliografia de enquadramento da análise documental e com fontes municipais. Irei apenas expor o roteiro seguido pelo *Grupo Portugal*.

Na 1ª fase, os estudantes leem textos de síntese sobre diplomática concelhia e outros que abordam tipos documentais específicos. É nesta última categoria que se inclui o vídeo *Os tombos de privilégios dos concelhos das pequenas vilas medievais portuguesas. Estado da questão*. Trata-se de uma análise comparativa de alguns livros de privilégios dos concelhos, nomeadamente, os cartulários de Coruche (1454), Figueira (1624⁶), Óbidos (1424), Muge (1467/1727⁷) e Sesimbra (1434). O leque de tombos, ainda que reduzido, é suficientemente representativo para se averiguar os seus objetivos de elaboração e as lógicas de organização interna. Seguem-se os tópicos a desenvolver no vídeo.

Os tombos de privilégios dos concelhos das pequenas vilas medievais portuguesas. Estado da questão.

1. As normas e as concretizações
 - a. A lei de 1431.
 - b. Os tombos respeitam as normas de elaboração?

⁵ O sumário pormenorizado diz apenas respeito ao grupo português, razão pela qual utilizei os títulos das duas subunidades e não da unidade temática IV que engloba os dois grupos.

⁶ Mas a documentação é dos séculos XIII, XIV e XV e apenas um documento de 1578.

⁷ Traslado de documentação medieval até 1467, com exceção dos assentos finais.

- c. As designações dos cartulários: indefinição de conteúdo?
2. Os tombos e os arquivos municipais
- a. A organização dos cartulários e o lugar dos documentos nos arquivos municipais: traços de correspondência?
 - b. Testemunhos do processo de seleção ou *esquecimento* dos diplomas a registar.
3. A construção dos tombos
- a. Os vários tempos de elaboração dos cartulários.
 - b. Tipologia documental. Até onde chega a similaridade entre os vários tombos?
 - c. As lógicas de ordenação dos documentos. Tendências uniformes?
 - d. Leitura de hiatos cronológicos e dos períodos mais representados nos diplomas transcritos. Acasos ou intencionalidades?
 - e. Os autores (também os materiais) dos tombos.
 - f. A certificação dos traslados.
 - g. Os resumos da documentação e as anotações à margem.
4. O sentido dos tombos
- a. O tempo de vigência dos cartulários.
 - b. A jurisdição das vilas e os tipos de documentos trasladados.
 - c. Propósitos identitários dos concelhos ou objetivos de racionalização administrativa régia ou senhorial?

Como referi ao longo do *Relatório* do seminário, as fases de trabalho conjunto e de debate são de extrema importância neste sistema de ensino. Após os dois grupos terem lido/ouvido e refletido sobre os vários instrumentos de aprendizagem à sua disposição, iniciam um diálogo conjunto subordinado aos seguintes tópicos:

- o contraste entre as fontes medievais do norte da Europa para o estudo das cidades e as fontes existentes para Castela e Portugal na Idade Média;
- a comparação das tipologias documentais concelhias elaboradas pelos investigadores portugueses e espanhóis.

Ainda em conjunto, os dois grupos completam uma wiki, conjugando a tipologia dos documentos municipais castelhanos com a classificação dos documentos municipais portugueses.

A segunda atividade desta unidade temática traduz-se na exploração de documentos, cabendo ao *Grupo Portugal*, que acompanho aqui, analisar extratos de atas camarárias, livros de contas, posturas e capítulos de cortes. A anteceder esta etapa do trabalho de grupo, e a título exemplificativo, os estudantes visualizam um vídeo sobre a desmontagem de um códice específico. Os tópicos a desenvolver no 2º vídeo são os seguintes.

O tombo de Castelo de Vide de 1570⁸: sentido de comunidade?

1. O cartulário.
 - a. As encadernações do tombo e a desorganização.
 - b. A certificação dos traslados.
 - c. A materialidade dos documentos transcritos.
 - d. Elementos ornamentais do tombo.

2. O presente e o passado num cartulário moderno
 - a. A longa duração da vigência dos documentos medievais em 1570.
 - b. Os diplomas de “efeito perpetuo”.
 - c. Do cartulário ao arquivo: a contiguidade temática dos diplomas transcritos.
 - d. As percentagens de diplomas segundo as categorias e as cronologias.

3. A narrativa da história de castelo de Vide segundo o seu cartulário.
 - a. Os fluxos da comunicação política transmitidos pelo cartulário.
 - i. A circulação documental.
 - ii. Os fluxos de agentes da coroa e de oficiais do concelho.

⁸ O tombo de *Castelo de Vide* será editado pelo Instituto de Estudos Medievais, enquanto output do Projeto FRONTOWNS *Pensa em grande sobre as pequenas vilas de fronteira: Alto Alentejo e Alta Extremadura leonesa (séculos XIII – XVI)* (PTDC/HAR-HIS/3024/2020). A transcrição resultou de um trabalho conjunto a cargo dos bolseiros do projeto, João Pedro Alves, Marcelo Andrade, Tiago Tholfo e dos membros da equipa Adelaide Costa, Filipa Roldão, Gonçalo Melo e Silva, Inês Olaia e João Nisa. A 1ª revisão da transcrição foi realizada por Gonçalo Melo da Silva e a revisão final por Pedro Pinto.

- iii. As presenças e ausências dos poderes externos,
 - b. Os fluxos e os vínculos da vila à luz da geografia do cartulário.
 - c. O tempo longo dos vínculos (das contendas às irmandades).

Por fim, de acordo com o roteiro proposto, produzir-se-á um debate geral na turma, ao longo de uma semana, no qual os estudantes pertencentes aos dois grupos partilham as semelhanças e as diferenças da documentação castelhana e portuguesa com a qual contactaram.

Por razões atendíveis, limito-me, neste sumário pormenorizado e durante a concretização presencial das subunidades temáticas, a enunciar e não a simular os debates que se inserem nestas duas atividades, bem como a redação conjunta da wiki.

Irei sim partilhar com o júri um dos elementos fundamentais em ensino a distância: o *feedback* transmitido ao grupo dos mestrandos que examinaram bibliografia e documentação portuguesas. De acordo com as *Instruções da Atividade IV*⁹, os relatores inserem no fórum da turma - *Fontes em Contraste* - documentos de síntese para discussão. Contudo, tendo eu acesso à dinâmica do trabalho de grupo, elaboro um relatório analítico e com indicações úteis para os mestrandos melhorarem o seu desempenho académico. Tal como nos capítulos de cortes se conhecem os protestos dos “povos” através das respostas régias, também o júri acederá às linhas de discussão, ao empenhamento dos estudantes e a eventuais momentos de conflito no seio do grupo, através do meu *feedback*.

⁹ Cf. *Relatório* da unidade curricular, p. 129.